
O PAÍS: PERSPECTIVA ECONÓMICA
— RECURSOS NATURAIS E ENERGIA, INDÚSTRIA —

Jorge Rocha de Matos

O PAÍS: PERSPECTIVA ECONÓMICA

— RECURSOS NATURAIS E ENERGIA, INDÚSTRIA —

Em pleno início da última década deste século Portugal encontra-se numa situação em que se joga fortemente a nossa capacidade de nos assumirmos ou não como um país moderno e desenvolvido no dealbar do terceiro milénio.

Todos sabemos que Portugal é um pequeno país, em termos de dimensão e, logicamente, com uma economia que, mais ou menos desenvolvida, não deixará de ser sempre uma pequena economia.

Decorre deste facto que só com uma efectiva abertura ao exterior é possível construir uma economia desenvolvida.

A realidade económica mostra-nos, aliás, que quanto menor for a dimensão de uma economia, maior é a sua necessidade de se abrir a e de se inserir em espaços exteriores. Os sistemas de autarcia económica, cada vez menos viáveis no mundo em que vivemos, são, ou melhor terão sido, um privilégio dos grandes Estados e, num ou noutro caso, são a consequência de imposições ideológicas arvoradas num efectivo poder político.

Deste modo é importante, tendo em vista o desenvolvimento económico e social, a capacidade de adaptação e inserção das nossas estruturas produtivas no âmbito da economia internacional.

No decurso da década de 80 assistimos a significativas mutações na vida económica internacional, sendo claras:

- Uma profunda alteração dos perfis de especialização ao nível internacional;
- e, uma crescente globalização da economia a nível mundial.

A estrutura das trocas de bens e serviços e a especialização internacional modificam-se a um ritmo cada vez mais rápido, face aos progressos tecnológicos. Dados os avanços na área da informação e das comunicações proporcionados pelo mesmo desenvolvimento tecnológico, verifica-se uma cada vez maior disseminação dos novos processos, a qual conduz a uma maior capacidade de inovação e a novos desenvolvimentos.

Resultam, como consequência, alterações ao nível dos processos de produção, os ciclos de produto tornam-se mais reduzidos, as estruturas de investimento alteram-se, as organizações empresariais adaptam-se e surgem novas formas de organização.

Enfim, é todo um novo processo económico, diferente do que se desenvolveu no pós-guerra e que proporcionou o desenvolvimento económico dos países actualmente considerados como mais desenvolvidos em termos económicos e sociais.

Enfim, é todo um novo processo económico, diferente do que se desenvolveu no pós-guerra e que proporcionou o desenvolvimento económico dos países actualmente considerados como mais desenvolvidos em termos económicos e sociais.

Enfim, é todo um novo processo económico, diferente do que se desenvolveu no pós-guerra e que proporcionou o desenvolvimento económico dos países actualmente considerados como mais desenvolvidos em termos económicos e sociais.

Como consequência, a concorrência internacional intensifica-se. A capacidade de adaptação das estruturas produtivas e os níveis de competitividade em termos internacionais de cada economia constituem-se, cada vez mais, como factores decisivos do desenvolvimento económico.

Num outro plano, mas tendo na base as mesmas razões, acentua-se, por um lado o predomínio na economia mundial dos grandes pólos económicos — CEE, EUA e JAPÃO — os quais tendo apenas 14 por cento da população no seu conjunto geram mais de 60 por cento do produto mundial e realizam cerca de 50 por cento do comércio internacional. Por outro lado, o próprio realinhamento da influência destes mesmos pólos, tendo em vista a sua capacidade própria de readaptação às mutações tecnológicas verificadas conduz também a novas formas de organização, seja ao nível das empresas, seja ao dos mercados.

O objectivo da construção até 1993 do mercado único europeu, se, por um lado, é uma consequência natural do nível crescente de integração e desenvolvimento da Comunidade Económica Europeia, iniciado à cerca de 30 anos com a assinatura do Tratado de Roma, não deixa de ser também a necessidade da própria CEE, através de um grande mercado europeu, procurar eliminar as restrições e os estrangulamentos próprios à segmentação dos mercados ainda existentes, tendo em vista uma maior capacidade competitiva com os outros dois grandes pólos — os Estados Unidos e o Japão.

Neste âmbito é aliás, sintomática a movimentação que se vem verificando ao nível das alterações estratégicas dos grandes grupos económicos europeus, americanos e japoneses.

Entretanto, e ainda nesta perspectiva, outros alinhamentos se foram concretizando ou simplesmente perspectivando. É o caso do acordo de integração económica entre os Estados Unidos e o Canadá, integração esta que, posteriormente, deverá vir a incluir também o México.

É a possibilidade de o Japão vir a «liderar» uma zona de comércio livre que incluirá vários países industrializados do Extremo Oriente.

Mais recentemente, tivemos as profundas alterações verificadas na área da Europa Central e Oriental, as quais já causaram algumas repercussões importantes. A unificação alemã é, para já, a mais significativa. No entanto, o processo de transformação está ainda longe de concluído e da sua evolução, seja quais forem as formas que vá assumindo, resultarão situações que terão significativa influência à escala internacional e, em particular, em termos europeus.

Ao nível das Comunidades Europeias, em muito como resposta à evolução internacional mas também como consequência do modo como foi evoluindo a construção do mercado interno europeu — a qual produziu já situações irreversíveis — vêm desenvolvendo uma aceleração do processo de integração europeia, visando primeiro a criação da união monetária e, mais recentemente, de uma união económica e monetária e de uma união política.

A construção de um espaço económico europeu, ao qual pertençam, para já os países que actualmente constituem a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) é também um dos objectivos dos nossos dias.

Temos, finalmente, neste âmbito da nossa análise, a actual crise do Golfo que não deixará de ter repercussões em termos de futuro, embora neste momento seja difícil de prever quais os sentidos das mesmas.

Para já, e para além de provocar, no mínimo, uma desaceleração do crescimento económico à escala internacional, criou um dado muito importante em termos económicos: um grande aumento do grau de incerteza.

Temos este aspecto como de grande importância, tanto mais que ele se verifica num momento em que a alteração introduzida na esfera internacional, principalmente pelas consequências derivadas das transformações na Europa Central e Oriental, era já por si de molde a elevar o grau de incerteza, oribinando uma maior dificuldade na previsão e no processo de decisão económica.

Creemos que este aspecto assume grande significado nos dias de hoje, pois que, embora pensando que se mantêm as linhas de força que referimos em

termos de evolução da economia internacional, haverá que ter em conta este novo aspecto, pois o mesmo não deixará de condicionar o ritmo dessa mesma evolução.

Fizemos esta introdução porque, como empresário e dirigente associativo, julgo dever salientar, ainda que de uma forma necessariamente breve e certamente incompleta, que a evolução da economia internacional tem para uma economia como a portuguesa uma grande importância. E isto quer pela nossa dimensão, quer pelo facto de sermos membro de um dos grandes blocos em presença — as Comunidades Europeias.

A evolução da economia portuguesa é, aliás, em certa medida, um exemplo de uma economia que se foi desenvolvendo no âmbito de um determinado processo de desenvolvimento, sem que, por razões diversas, tenha assumido claramente vectores principais desse mesmo desenvolvimento em termos internacionais.

O «atraso» que hoje constatamos comparativamente aos níveis atingidos nos principais países desenvolvidos, bem como o significativo desfasamento do nível tecnológico, é um resultado desse facto.

Embora na década de 60, abandonando o regime de autarcia, Portugal tenha iniciado um processo de abertura ao exterior, participando no processo de Integração Europeia como membro fundador da EFTA, vicissitudes várias de natureza interna, entre as quais as de natureza política terão sido fundamentais, conduziram a que o nosso processo de desenvolvimento económico rapidamente se visse cerceado por estrangulamentos vários de índole interna e externa.

A evolução posterior com as alterações políticas, económicas e sociais verificadas em Portugal em meados da década de 70, precisamente numa época em que se verificaram as primeiras grandes crises no mundo económico desenvolvido (primeiro choque petrolífero, forte alteração nos preços das matérias primas, e instabilidade no sistema monetário internacional) e a sucessão de políticas conjunturais que durante muitos anos se seguiram, entre nós numa época em que se iam verificando novos choques à escala internacional e simultaneamente se iam desenvolvendo medidas de reajustamento estrutural no seio das diversas economias, conduziu a que fossem tornando bem nítidas as consequências destes desfasamentos.

A título de exemplo, reparemos nos dados seguintes: tomando como base a indústria de 18 países que constituem a OCDE, verificamos que em 1960 existiam 11 países em que o peso do sector industrial no produto interno era superior ao verificado em Portugal, então considerado como um país fracamente industrializado. Em 1985, entre 22 países desenvolvidos da OCDE, apenas 3 têm um peso da indústria no produto interno superior ao que se verifica em Portugal. Se em vez de utilizarmos o produto industrial tomarmos o volume de emprego, a situação seria talvez ainda mais marcante. Entre 24 países desenvolvidos, apenas 6 em 1960 e 5 em 1972 tinham um volume de emprego na indústria inferior ao verificado em Portugal, e em 1985 apenas 4 países em 24 se encontravam nesta situação.

Em 1 de Janeiro de 1986, Portugal, culminando um longo processo de negociações, tornou-se membro de pleno direito das Comunidades Europeias, com as quais, aliás, vínhamos tendo relações económicas significativas e com quem tínhamos assinado um Acordo de Comércio Livre, em 1972.

Sem nunca deixar de ter bem presente as dificuldades que se lhe deparariam, o meio empresarial português defendeu claramente esta integração nas Comunidades Europeias. Existiam razões profundas de natureza política económica, social e cultural para justificar a nossa adesão às Comunidades e aceitar o desafio que esta adesão significava para Portugal.

Embora se tratasse de uma matéria pouco referida pelos analistas políticos e económicos na época das negociações, tínhamos para nós também como claro que, apesar da dificuldade em quantificar os efeitos dinâmicos da integração de uma economia como a portuguesa num espaço integrado mais vasto, os custos da não adesão seriam, no caso português, atentas as nossas características, sempre superiores aos eventualmente derivados da própria adesão.

O tempo veio dar razão aos que assim pensavam. Creio ser hoje geralmente aceite que tem sido positiva a nossa capacidade de resposta em termos de integração. Por outro lado, face aos desenvolvimentos que entretanto se verificaram na cena internacional, a nossa situação será bem mais favorável do que se tivéssemos persistido na não integração nas Comunidades Europeias.

Com a entrada de Portugal nas Comunidades determina-se um quadro de referência e de enquadramento de desenvolvimento da economia portuguesa. Trata-se de um quadro não rígido, pois a própria comunidade estava e continua a estar também numa fase de mutação no sentido de reforçar a

sua própria coesão interna e a sua inserção e peso no quadro da economia mundial.

Para Portugal, haveria que ter em conta, não só a própria adaptação a uma nova situação, mas também, a capacidade de se inserir na própria transformação da Comunidade, facto este que, como vai sendo cada vez mais visível na construção do Mercado Interno Europeu e agora também na construção da união económica e monetária, redobra as necessidades de modernização e adaptação das estruturas produtivas portuguesas.

Decorridos quase 5 anos de integração, não podemos deixar de referir que o balanço se nos afigura como positivo. As nossas estruturas têm reagido favoravelmente e, pesem embora as dificuldades que continuam a persistir no caminho de uma rápida modernização do tecido económico e social português, têm demonstrado uma boa capacidade de adaptação.

Ainda em termos da integração de Portugal nas Comunidades será importante ter em atenção que o facto de Portugal e Espanha terem aderido às Comunidades no mesmo momento, alterou substancialmente os próprios contornos do mercado comunitário e o relacionamento económico tradicional entre estes dois países vizinhos. Quase em simultâneo, inicia-se a construção do Mercado Interno Europeu. Como consequência destes factos, temos as várias alterações ao nível da implantação e do realinhamento de estratégias das empresas europeias e multinacionais de que todos nós nos vamos dando conta.

A própria evolução dos fluxos de investimento directo em Portugal é bem sintomática. Deriva daqui que também as empresas portuguesas têm que aumentar a sua participação em termos de investimento noutros países, de modo a que a internacionalização crescente da nossa economia tenha uma adequada participação de interesses portugueses. Neste campo, a integração de Portugal nas Comunidades não só conduz a esta necessidade como nos abre novas perspectivas, pois Portugal tem condições para ser um elemento importante, atento o seu relacionamento histórico com a África, a América Latina e até algumas regiões do Extremo Oriente, na própria política comunitária de apoio ao desenvolvimento.

Tecidas estas considerações em termos de enquadramento da nossa economia no contexto internacional, vejamos agora alguns aspectos no que concerne à economia portuguesa e à sua indústria, nos dias de hoje.

A economia portuguesa tem vivido um ciclo, iniciado em 1986, que se caracteriza por uma significativa dinamização e crescimento da actividade económica e de modernização das suas estruturas produtivas.

O início deste ciclo em 1986 é marcado pela simultaneidade de vários aspectos com grande significado para a evolução da economia portuguesa:

- 1 — Adesão de Portugal às Comunidades Europeias;
- 2 — A coincidência temporal dos seguintes aspectos:
 - conclusão, com êxito, do programa de estabilização económica, no período de 1983/85 (que permitiu o controlo do desequilíbrio das contas externas);
 - Estabilidade política;
 - conjuntura económica internacional favorável;

estes aspectos são relevantes para a compreensão da evolução da economia portuguesa que teve, no período de uma década, absorver, gerir e procurar soluções futuras para um vasto conjunto de alterações e mutações profundas em termos económicos, sociais e políticos, como já referimos.

Deste modo, o programa de estabilização económica 83/85 e a estabilidade política são importantes, na medida em que significam a consolidação institucional e a estabilidade política e económica.

A situação económica internacional assume, conjugadamente com estes aspectos, um papel de relevo. De facto, para uma economia pequena e aberta ao exterior como é, e será cada vez mais, a economia portuguesa, esta teve pela primeira vez, no decurso de um período de doze anos, a possibilidade de não se encontrar numa situação de «contra-ciclo» relativamente à evolução das economias suas principais parceiras.

A propósito, no que respeita ao significado deste último aspecto, é necessário ter em atenção que a economia portuguesa tem já um elevado grau de abertura ao exterior, o qual, aliás, se tem vindo a acentuar nos últimos anos. A título de exemplo, se medirmos o grau de abertura pela relação entre o total do comércio externo de bens e serviços (importações + exportações) e o produto interno, Portugal que, em 1980 tinha para este indicador um valor de 64 por cento, apresenta presentemente valores que se aproximam dos 80 por cento.

A título de comparação, o total do comércio externo espanhol representa actualmente cerca de 41 por cento e o de Itália aproximadamente 40 por cento.

Aliás, em termos comunitários, apenas as pequenas economias fortemente desenvolvidas — a Holanda, o Luxemburgo, a Bélgica — e a Irlanda, têm valores deste indicador bem superiores ao que se verifica em Portugal, situação

que, atenta a dimensão da economia portuguesa, demonstra, por um lado, o facto de a economia portuguesa se encontrar ainda numa fase intermédia (comparativamente às economias comunitárias) de desenvolvimento. Por outro, significa a necessidade de um cada vez maior relacionamento com outras economias, a aceleração da internacionalização da economia portuguesa, ou seja, a internacionalização da actividade das suas empresas.

A integração nas Comunidades, facto de grande relevância para Portugal, com todas as implicações e desafios que a adesão de uma economia como a portuguesa impunha, como já salientámos, constitui também um factor de consolidação de um modelo económico e social, com a consequente definição das «regras do jogo», que permitiu ganhos significativos ao nível da «confiança» dos agentes económicos.

Nos últimos 5 anos a economia portuguesa tem evoluído de forma positiva.

Assim:

— O PIB tem crescido a taxas reais entre os 4 e os 5 por cento.

— O investimento tem registado um forte crescimento, o qual se situa, em termo de taxa anual de crescimento real, entre os 10/12 por cento nos últimos cinco anos.

— Ainda em termos de investimento é de salientar o forte crescimento do investimento directo estrangeiro, o qual passou 163 milhões de dólares em 1986 para 2000 milhões em 1990.

— As exportações têm vindo a registar taxas de crescimento elevadas e crescentes, atingindo um crescimento médio anual, no período em causa, na ordem dos 10 por cento.

— As importações têm, logicamente dada a evolução global da economia, o crescimento do investimento e a crescente abertura ao exterior, registado valores de crescimento reais elevados (na ordem dos 16 por cento em termos de média anual).

— A evolução económica tem possibilitado um crescimento do emprego, tendo hoje a economia portuguesa uma baixa taxa de desemprego (5 por cento).

Ainda ao nível macroeconómico, e como aspectos menos positivos temos a salientar a questão da inflação, que tendo descido até ao nível de um dígito (9.4 em 87 e 9.6 em 88), voltou a subir em 1989 (12.6) e que deverá em 1990 atingir um valor ligeiramente superior (13.5). Por outro lado, e apesar das reduções verificadas nos últimos anos, continua a existir um défice público que se considera elevado (a previsão actual aponta em 1990 para 7,5 por cento do PIB).

Em termos genéricos, a economia portuguesa tem tido nos últimos anos uma boa evolução, com crescimentos superiores aos verificados na generalidade dos países da Comunidade Europeia. Se por um lado persistem alguns problemas, como sejam o do controlo da inflação e do défice público — os quais criam problemas em termos da possível evolução do processo de integração europeia (construção da união monetária), por outro lado, não é ainda possível uma medida exacta dos efeitos que a evolução do investimento produtivo e do forte investimento em infraestruturas de base que se vêm verificando nos últimos anos terão na oferta portuguesa e no desenvolvimento da economia em geral.

As indicações existentes, tomando como base fundamental a evolução das exportações e a orientação do investimento, apontam no sentido de que se estarão a verificar em Portugal algumas alterações em termos estruturais que conduzirão a um menor peso dos «sectores tradicionais» (têxteis; cortiça; calçado...) no conjunto da economia e uma melhoria, em termos da estrutura produtiva, do peso de sectores considerados mais modernos (maquinaria, transportes, máquinas eléctricas, electrónica...).

Para além dos aspectos referidos, possíveis de maior ou menor qualificação, assume também, no caso português, significativa importância todo um conjunto de alterações ao nível estrutural e de enquadramento económico, que entretanto se vêm desenvolvendo.

Está em causa toda a adaptação de estruturas à realidade comunitária, a desburocratização administrativa, a privatização de empresas públicas, a reestruturação do sistema financeiro e a libertação da economia. Estas alterações vem gradualmente alterando o funcionamento da economia portuguesa e tem tido, e deverão ter no futuro, efeitos positivos na evolução geral da vida económica e empresarial portuguesa, contribuindo para a concretização do objectivo de modernização da economia portuguesa, de modo a que esta seja competitiva no contexto da economia comunitária e, como tal, da economia internacional.

A indústria é um sector importante em Portugal, sendo essencial o seu próprio desenvolvimento como factor decisivo do próprio desenvolvimento da economia portuguesa.

Presentemente, se a considerarmos em sentido lato (incluindo a produção de electricidade e água e a construção), emprega cerca de 35 por cento do total do emprego em Portugal, representa 37 por cento do produto interno bruto, e produz mais de 90 por cento das exportações de bens portugueses.

Trata-se de uma indústria em fase de reestruturação e modernização das suas actividades, tendo em vista impor-se em termos competitivos no contexto internacional.

Genericamente, e como consequência da forma como se processou (de forma incompleta) o nosso desenvolvimento, a indústria portuguesa no início da década de 80 tem uma estrutura heterogénea:

— Predominância de sectores tradicionais (têxteis, vestuário, calçado, cortiça...) mas com alguns ramos industriais modernos (químicas, material de transporte, electrónica, telecomunicações).

— Predominância das pequenas e médias empresas com fortes vulnerabilidades, mas também um bom número de empresas em vários sectores com boa capacidade tecnológica e competitivas em termos industriais.

— Um grau de desenvolvimento tecnológico em geral fraco, mas com unidades empresariais trabalhando e dominando com tecnologias desenvolvidas.

— Um elevado grau de abertura em termos de concorrência em conjunto com algumas áreas fortemente protegidas em termos externos.

— Uma forte dependência do comércio externo (a evolução das exportações é, desde o início dos anos 60, um factor importante para a actividade industrial) mas uma fraca participação em termos de internacionalização da actividade empresarial. Embora o investimento estrangeiro em Portugal tenha significado há já muitos anos, sempre foi muito fraco o investimento português no estrangeiro.

Perante esta situação, têm-se vindo a desenvolver acções no seio da indústria portuguesa tendentes a ultrapassar as suas principais vulnerabilidades e de modo a que no contexto dos processos de integração europeia — e neste campo a construção do mercado interno assume especial significado — a indústria portuguesa seja uma indústria moderna e, como tal, competitiva.

Nesse sentido tem-se verificado um bom crescimento do investimento na indústria, o qual mostra tendência para se orientar para áreas de produção com maiores exigências do ponto de vista tecnológico (a título de exemplo, em 1989, cerca de 2/3 do investimento estrangeiro na indústria dirigiu-se para os sectores da indústria mecânica, material eléctrico e electrónico e material de construção). Algumas alterações que se notam na evolução das exportações portuguesas são já consequência desta alteração no perfil do investimento industrial.

Por outro lado, a política de incentivo e de apoio financeiro ao investimento na indústria têm fundamentalmente como objectivo a superação das lacunas referidas.

Procura-se, por um lado, a reestruturação dos sectores importantes na indústria portuguesa (têxteis, fundição, mobiliário), e por outro, o desenvolvimento de novas áreas e produtos, bem como a melhoria dos aspectos de natureza horizontal, como sejam a qualidade, o design e a «imagem» dos bens e serviços portugueses.

Em termos de evolução mais recente e tomando como base os indicadores disponíveis para 1989 e 1990, verifica-se que os ramos industriais que apresentam maior dinamismo, com taxas de crescimento bem acima da média da indústria (na ordem dos 5 por cento) são os seguintes:

- Bebidas.
- Rochas ornamentais.
- Alimentares (alguns ramos).
- Cerâmica.
- Produtos químicos.
- Matérias plásticas.
- Vidro.
- Mobiliário.
- Eléctricos, electrónicos e material de transporte.

Pela conjugação destes dados nota-se que algumas alterações se estão a processar na indústria portuguesa, sendo previsível que, nos próximos anos, estas ganhem maior significado, face à entrada em plena exploração de investimentos realizados no últimos anos e dos ainda em fase de instalação. Neste campo são ainda de salientar os efeitos resultantes de uma maior ligação da indústria portuguesa a outras indústrias através de formas diversas de cooperação industrial, as quais não terão reflexos no próprio desenvolvimento da indústria portuguesa.

Assim, com base na evolução que se vai verificando, é previsível que a indústria portuguesa venha em anos próximos a registar taxas de crescimento superiores às do produto interno bruto e, evolua para uma estrutura relativamente diferente da que se verificava há alguns anos atrás.

O momento presente não será o mais apropriado para previsões em termos económicos, para os tempos mais próximos.

No entanto, e no pressuposto de uma evolução internacional sem alterações imediatas profundas, a economia portuguesa têm condições para continuar a manter ritmos de crescimento que, embora inferiores aos verificados nos último cinco anos, deverão permitir um crescimento superior ao esperado para a maioria dos países membros da Comunidade.

A nível oficial, para 1991, avança-se um crescimento do produto de cerca de 3,5 por cento, com o investimento a crescer cerca de 6,75 por cento e com um crescimento das exportações e das importações de bens e serviços em termos reais de 8,25 por cento e 7,25 por cento, respectivamente.

No entanto, a necessidade de acompanharmos a evolução do próprio processo de integração europeia obrigará a ajustamentos na economia portuguesa. É necessário caminhar decisivamente no sentido de reduzir as tensões inflacionistas e o peso do défice público. Por outro lado, será cada vez mais necessário que a nossa competitividade se baseie em termos de capacidade real da nossa economia, o que significa crescimentos significativos no domínio da produtividade e na valorização de factores de competitividade, como sejam a qualidade e o design. Por outro lado, impor-se-á uma maior participação da actividade de empresas portuguesas no exterior como forma de dinamizar a internacionalização da nossa economia.

Trata-se de desafios importantes que se colocam à economia portuguesa como referimos no início. Mas, estamos certos de que nos encontramos numa época decisiva na concretização do objectivo primeiro da nossa sociedade, e que é o do seu desenvolvimento económico e social. Do que formos capazes de fazer no momento presente, dependerá a possibilidade de, no final deste século, podermos encarar a nossa economia como uma economia moderna e, como tal, actuante, quer no seio da comunidade de que fazemos parte, quer de forma directa ou indirecta na própria economia internacional.

5 de Dezembro de 1990.

Jorge Rocha de Matos

Presidente da Associação Industrial Portuguesa